

PS retoma participação no Governo

O CONGRESSO da República voltou, como prometia a Partido Socialista, com um governo...

O Estado intervém na CUF (sem nacionalizar)

INDUSTRIALIZADO dentro para fora, o Estado intervém na CUF (sem nacionalizar)...

Imminente a dissolução da Comissão Mista da Rádio Renascença?

A RÁDIO RENASCENÇA enfrenta um momento crítico...

Do congresso da ISD aos novos secretários-gerais adjuntos do PPD

OSUÁRIA, hoje, o 7.º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Professores...

Angola

ANGOLA volta ao topo da agenda nacional...

Tropas portuguesas atacadas no Uíge

MAIUTA tem informação segundo que diversas unidades portuguesas foram atacadas no Uíge...

Missão portuguesa à República do Zaire

OSUÁRIA, amanhã, parte a República do Zaire...

Bruxelas: NATO-CEE mantêm desconfiança em relação a Portugal

O ALIAMENTO europeu mantém a desconfiança em relação a Portugal...

Ouro na Suíça garante empréstimo de 7 milhões de contos

BRUXELAS - O governo português conseguiu um empréstimo de 7 milhões de contos...

Programa de austeridade prevê medidas de racionamento

BRUXELAS - O programa de austeridade prevê medidas de racionamento...

Aprovado o pré-regimento da Assembleia Nacional Constituinte

BRUXELAS - O pré-regimento da Assembleia Nacional Constituinte foi aprovado...

Enfrentamento progressivo

BRUXELAS - O confronto entre Portugal e a NATO...

Nacionalização das 10 maiores transportadoras rodoviárias

BRUXELAS - O governo português anunciou a nacionalização das 10 maiores transportadoras rodoviárias...

Resultados do Grupo Parlamentar

BRUXELAS - O Grupo Parlamentar português apresentou resultados...

BRUXELAS - O ministro português da Economia...

BRUXELAS - O ministro português da Economia...

BRUXELAS - O ministro português da Economia...

BRUXELAS - O ministro português da Economia...

BRUXELAS - O ministro português da Economia...

BRUXELAS - O ministro português da Economia...

BRUXELAS - O ministro português da Economia...

na OTAN: Transição Europeia sobrevivente Fabry de Arede Pág. 17

Juan Bosch: A América Latina está a vencer o domínio imperialista Pág. 7

Democrata: Projecto político para um Portugal socialista Pág. 18

As desconfianças europeias em relação a Portugal...

TISSONC um relógio electrónico TISSOT TISSOT o relógio que conquistou a grande maioria



Do tempo perdido... A desconfiança Europeia...



## PS retoma participação no Governo

O CONSELHO da Revolução recebeu ontem elementos do Partido Socialista, com os quais trocou impressões sobre a conjuntura política actual.

A delegação socialista incluiu o secretário-geral do PS, Mário Soares e segundo o comunicado tornado público ontem à noite, o «Conselho de Revolução tomou conhecimento de algumas distorções na forma como se está a desenvolver o processo político português, que vão ser averiguadas no sentido de serem corrigidas.»

Após referir que «ambas as partes concordaram que a actividade democrática tem de ser reforçada de forma a fazerem-se cumprir as leis revolucionárias», o comunicado informa que o Partido Socialista retomou a sua actividade normal no Governo, garantindo ao MFA a sua total colaboração.

## O Estado intervém na CUF (sem nacionalizar)

ENCONTRA-SE prevista para breve a adopção de medidas governamentais traduzindo a intervenção do Estado na CUF. A intervenção não se revestirá, para já pelo menos, da forma da nacionalização, hipótese várias vezes aventada — diversos círculos nomeadamente bem informados.

Tudo indica que serão nomeados administradores por parte do Estado e delegados do Governo para todas as empresas que pertencem ao grupo CUF.

Estas medidas terão já sido comunicadas pelo ministro Mário Murtelira a Jorge de Melo e Vítor de Abreu.

## Iminente a dissolução da Comissão Mista da Rádio Renascença?

A RECENTE evolução dos acontecimentos poderá — segundo fontes normalmente bem informadas — conduzir à próxima dissolução da Comissão Mista nomeada pelo ministro Correia Jesuino para coordenar a programação da Rádio Renascença. De facto, a actual situação prevista de campo de manobra aquela Comissão, que poderia ser levada a sugerir ao ministro a própria dissolução. Esta, por seu turno, criaria um simpasse, a resolver pelo Ministério da Comunicação Social, tanto mais que o diploma legal que criaria a Empresa Pública de Radiodifusão ainda não foi aprovado.

## Do congresso da JSD aos novos secretários-gerais adjuntos do PPD

INICIA-SE, hoje, o I Congresso Nacional da Juventude Social Democrática, que se ocupará da discussão e alteração dos estatutos, bem como da aprovação das «Linhas Programáticas», e da eleição dos novos dirigentes da JSD.

Entretanto, tudo indica que no começo da próxima semana serão designados pelo secretário-geral, Emílio Guerreiro, os novos secretários-gerais adjuntos do PPD. Entre os nomes falados encontram-se-lhe Helena Roosta, José Augusto Seabra e Márcio Rebelo de Sousa.

## Angola

SEGUNDO notícias vindas de Luanda, ontem, à noite, a situação na capital angolana mantinha-se tranquila, embora com todas as comunicações terrestres interrompidas.

Contudo, ao longo do eixo Luanda-Malanje, continuavam a ocorrer acções de combate, um pouco por toda a parte. Na povoação de Bula Atumba, um pequeno avião, transportando repórteres, foi atacado quando pretendia aterrar.

A barragem de Cambambe e a cidade do Dono, a cerca de 200 km de Luanda, e segundo as mesmas notícias, eram focos de tensão, que as tornava sítios das maiores preocupações.

## Tropas portuguesas atacadas no Uíge

FONTE bem informada afirma que efectivos militares portugueses foram atacados no ponto do rio Dandege, na estrada para a vila de Camora, capital do distrito do Uíge. Não se aporou ainda a que movimento de libertação pertenciam as forças atacantes.

Por seu lado, em Luanda, tropas integradas dirigiram-se, ontem, para a cadeia comarcá, para neutralizar uma revolta maçoça dos presos internados naquele estabelecimento penal.

Os incidentes na cadeia de Luanda têm sido frequentes nos últimos tempos.

Entretanto, e conflito alargou-se a Catete, terra natal do Dr. Agostinho Neto, a Salazar e a Dondo.

## Missão portuguesa à República do Zaire

SEGUIU, ontem, para a República do Zaire, por designação da Presidência da República, uma missão diplomática chefiada pelo major Vítor Alves, embaixador de relações externas e membro do Conselho de Revolução.

A representação portuguesa avistar-se-á em Kinshasa com o presidente Mobutu, do Zaire.

Expresso

75-05-31

J

## Ouro na Suíça garante empréstimo de 7 milhões de contos

DUZENTOS e cinquenta milhões de dólares, ou seja, cerca de 7 milhões de contos, é o montante de um empréstimo que, muito provavelmente, virá a ser concedido directamente ao Governo Português, através do Banco de Pagamentos Internacionais de Basileia, na Suíça. Este empréstimo tem como garantia de reembolso futuro pelo Governo Português ouro das reservas do Banco de

Portugal, que já se encontra na Suíça, confirmando, assim, notícias que corriam neste sentido.

Não se trata de qualquer venda das reservas de ouro de que dispõe o Banco de Portugal, mas de um depósito que serve de penhor ao contrato celebrado. Além, até ao momento, o agravamento da Balança de Pagamentos portuguesa (cer-

ca de 10 milhões de contos de déficit desde o início de 1975) tem sido pago com as reservas de divisas ainda existentes e cujo esgotamento não é previsível antes de Outubro.

O empréstimo em causa começou a ser negociado ainda no tempo do ministro da Coordenação Económica, Vasco Vieira de Almeida, e teve como principal negociador o

Prof. Jacinto Nunes, na sua qualidade de governador do Banco de Portugal.

Segundo vários observadores, seria precisamente o facto de querer acompanhar até à sua formalização as negociações de contrato que teria levado o Prof. Jacinto Nunes a não concretizar, até agora, a sua dimissão do cargo de governador do Banco de Portugal.

## Bruxelas: NATO-CEE mantém desconfiança em relação a Portugal

O ALINHAMENTO português pelas teses da Holanda quanto à necessidade de um urgente desmantelamento dos blocos militares na Europa foi considerado, pelos observadores, como a parte «mais inovadora» do que se conhece do discurso pronunciado por Vasco Gonçalves, ontem de manhã, na segunda sessão da «cimeira» da NATO. Todas as restantes teses portuguesas eram já conhecidas, nomeadamente o desejo de permanecer na NATO e os desmentidos quanto a afirmações feitas no estrangeiro, acerca da índole do regime político em que Portugal vive. Referindo-se à intervenção de Vasco Gonçalves no Conselho, Joseph Luns salientou as palavras do Primeiro-Ministro acerca da edificação de instituições democráticas em Portugal, sendo de notar que, quanto ao projecto de construção do socialismo, foi sempre guardado o mais prudente silêncio. Mas o mais importante não foi, de forma alguma, a reunião em si. Com efeito, os encontros bilaterais com governantes europeus e so-

viéticos a conversa com Gerald Ford foram, do ponto de vista político, as mais marcantes actuações do Primeiro-Ministro. Nestas conversações foi abordada uma vasta gama de problemas fora da temática atlântica, nomeadamente questões ligadas à ajuda económica e financeira a Portugal, para além de casos como o da emigração, que esteve na ordem do dia quando o primeiro-ministro do Luxemburgo encontrou o seu homólogo português.

### Explicações e especulações

Quer Kissinger quer alguns membros da delegação portuguesa tinham posto já os pontos nos *i* ao referirem que, nas discussões havidas com Gerald Ford, surgiu, a dada altura, a expressão «um cavalo de Troia no interior da Aliança» referida ao Governo português. Antes disso, porém, Vasco Gonçalves teria explicado aos dirigentes norte-americanos a participação

de comunistas no Governo e no processo democrático que substituiu a ditadura, esclarecimento que teria sido também prestado a Helmut Schmidt na sequência de perguntas feitas pelo governante alemão acerca do «caso República», cujas repercussões internacionais ultrapassaram o que se imaginava no interior de Portugal e, ao que parece, estiveram na base das posições assumidas por Gerald Ford no discurso pronunciado antes da reunião do Conselho acerca da «questão muito grave» a suscitar, quanto ao estatuto de Portugal. É certo que Kissinger se encarregou imediatamente de deitar água na fervera. Mas um problema semelhante surgiu quando, no fim das conversações entre Schmidt e Vasco Gonçalves, um porta-voz alemão declarou não só que certas questões coriáceas tinham sido insatisfatoriamente respondidas pelo Primeiro-Ministro português, mas também que muitas interrogações tinham ficado por responder. As especulações iniciadas

## Do nosso enviado João Isidro

com a ausência de Melo Antunes subiram então de tom, depois das garantias dadas pela conversa de cinquenta minutos com o presidente americano e pelas notícias chegadas quanto às prisões de maotistas em Portugal.

E de notar que quando as declarações diplomáticas sublinharam a franqueza do encontro Ford-Gonçalves só queriam dizer mesmo... franqueza.

### A doutrina Kaiser

Durante as assembleias dos

parlamentares da NATO, um porta-voz de Bonn — o professor Kaiser — levantou o problema da necessidade de criar estatutos diversificados para os países aliados no seio da Organização. Partindo da valorização estratégica do centro da Europa, onde as opções políticas e militares seriam mais importantes, e do pequeno peso militar dos países subscritores do Tratado do Atlântico Norte situados na orla mediterrânica, Kaiser propôs uma graduação entre os mais e os menos responsáveis membros da NATO (egraduated member ships).

Ao mesmo tempo, condenou a atitude de esperar para ver (wait and see) perfilhada pelos Estados Unidos, a quem aconselhou o investimento maciço em Portugal, para além de não menos intensa ajuda financeira.

Esta tese foi combatida por Lowenstein, homem-chave da equipa de Kissinger, constituída a cem por cento por descendentes de judeus alemães residentes nos Estados Unidos, como é

o caso do próprio secretário de Estado americano. Mas o certo é que, pela voz de Ford, o problema foi de novo levantado e uma pergunta que ligava tal questão à do papel de Portugal no Grupo de Planeamento Nuclear da Aliança foi, por duas vezes, respondida negativamente e de forma seca pelo secretário-geral, Joseph Luna, quando instado pelo enviado do EXPRESSO.

Efectivamente, a legislação interna dos Estados Unidos da América proíbe os contactos, no domínio nuclear, com governos aliados em cujo elenco figurem membros do PC.

### A questão de Espanha

Vários órgãos da imprensa mundial se fizeram eco de um eventual desejo norte-americano de substituir Portugal pela Espanha dentro da Aliança Atlântica. Declarações do comandante aliado na Europa, general Haig, tendiam também para uma integração de Madrid no

# NATO-CEE: desconfianças em relação a Portugal

Continuação da p. 1

comando da NATO. Mas, porque o Tratado não inclui qualquer cláusula prevendo a expulsão de um membro da NATO e ainda devido ao sistemático veto dos países nórdicos e Holanda, a entrada da Espanha na Organização não pode ser encarada como hipótese verosímil.

Ao que parece, a grande batalha de Madrid resumia-se a ver mencionada, em comunicações oficiais, a importância das bases americanas em território espanhol no contexto da defesa colectiva da NATO. O comunicado final, ao publicá-lo ao meio da tarde de ontem, não mencionou a Espanha, ainda que o caso tivesse sido levantado no decurso da reunião do Conselho da NATO. Se bem que pareça uma questão um tanto bizantina, a verdade é que este tipo de comunicações costumam ter dois meses de preparação, antes da reunião do Conselho. E, para Arias Navarro, era politicamente muito importante o reconhecimento do regime de Madrid como um «estado apesar de tudo», não porque teria posto como condição para a prorrogação da «cedência» da base americana da Rota, no sul do seu país, a inclusão da Espanha nos comunicados oficiais da NATO. Porém, até o circunpeito «Times» criticou vivamente, há 3 dias, a atitude de Ford, visitando a Espanha e atacando Portugal. O próprio

Joseph Luna, num dos seus ditos irónicos, salientou a importância da comitiva do presidente americano na sua próxima deslocação a Madrid.

Feito o balanço da actividade diplomática espanhola por interposta delegação americana, o menos que se pode dizer é que o franquismo esbarrou até na porta do cavalo, através da qual pretendia, como de costume, quebrar o isolamento internacional que lhe custa cada vez mais caro. A título de exemplo, basta citar o caso dos acordos espanhóis com a Comunidade Económica Europeia, embargados ainda por mil e um trâmites burocráticos inspirados pelos oponentistas ao regime franquista.

## Duas teses no interior da CEE

No capítulo do auxílio económico, Vasco Gonçalves defrontou-se com uma Europa que, desde Setembro, vem repetindo a mesma fórmula: «o Mercado Comum não pode precionar nenhum empresário no sentido de investir em Portugal». No entanto, fontes bem informadas afirmam que, dentro da CEE, duas teses se defrontam quanto ao auxílio a Portugal. São defendidas respectivamente pelo italiano Spinelli e pelo inglês Christopher Soares.

Para o italiano Spinelli o auxílio económico a Portugal deve

ser subordinado à prestação, por parte do governo de Lisboa, de sólidas garantias políticas, nomeadamente um pedido de adesão ao Mercado Comum, dado que, segundo essa tese, Portugal não deixou de pedir auxílio sem, no entanto, ter dado como contra-partida, provas concretas de desejar jogar segundo as regras europeias.

Consta que Mário Soares encontrou Spinelli no passado dia 26 em França.

Para Christopher Soares solução ideal será investir meio e deixar que as garas políticas venham por acréscito. Entre estas duas teses trata-se de uma disputa que mal transcorrerá pelos corredores do Mercado Comum. De qualquer forma, Portugal continua a figurar todas as primeiras páginas dos jornais belgas. E mesmo a mem de rua sem opiniões claras acerca do desenvolvimento do processo político português.

## A Direcção e a Redacção do EXPRESSO a propósito das torturas e prisões

FACTOS que reputamos graves enchem a vida nacional, na medida em que atiram portugueses contra portugueses, povo contra povo. Sem irmos às raízes do mal, que a nousa ver se situam no quadro genérico da luta dominadores-dominados, luta que engendra excessências subitas e de coloração difícil de especificar, parece-nos bem que o que está a acontecer com as prisões, é bem sintoma da sociedade doente que é a nousa. Ao falarmos das prisões, fazemo-lo inclusive pressionados pelas circunstâncias internas desta casa. Foi preso um nosso camarada de redacção, Almeida Ferechu, militante do MRFP, encontrando-se, actualmente, na prisão de Grândola. Os leitores já conhecem pelos jornais diários, os motivos alegados pelas autoridades para as buscas, seguidas de detenção, dos militantes do MRFP: prisões efectuadas por sua conta e risco e torturas infligidas aos detidos para obterem confissões.

Por mais de uma vez e, a partir da sua existência, EXPRESSO se tem definido como jornal apartidário e tem-no provado na sua prática semanal. Um jornal que não serve interesses do grupo A, nem do grupo B, mas pretende informar os seus leitores, consciente que assim contribui para o avanço da revolução portuguesa. Um avanço que só será real quando assentar na verdade das situações que se vão transcendendo na caminhada diária rumo à construção do socialismo, onde o dominador não encontre condições de existir. Uma sociedade livre cuja liberdade não seja apanágio de uma classe, porque detentora dos meios de produção, mas seja uma prerrogativa intrínseca a todo um povo enquanto dotado de oportunidades iguais. Uma sociedade onde o pluralismo de opiniões exposto através de corrente institucionalizadas ou não, de acordo com a dinâmica das exigências do desenvolvimento popular seja respeitado e potenciado, precisamente por se tratar de um pluralismo criador. Dizemos não ao monolitismo imposto a partir de cima, já que debaixo dele é impossível.

Nesta linha de considerações, reconhecemos a necessidade de um braço armado forte que ultrapasse o mero âmbito da tecnocracia militar para ser o potenciador do processo revolucionário e, ao mesmo tempo, desempenhar o papel de dissuasor contra veledades de forças agarradas a privilégios que não querem largar, forças estas cuja opção não será a das classes trabalhadoras em que forçosamente se transforme todo o conjunto do povo português.

Recusamo-nos, por isso, a admitir que partidos, sejam eles quais forem, por muito respeito que nos mereçam, prendam a seu bel-prazer. Recusamo-nos a admitir, por maioria da razão, que tais partidos recorram a métodos de tortura para obterem confissões. Seja o MRFP, seja outro qualquer. Recusamo-nos a admitir que, neste capítulo, não recebam todos os partidos igual tratamento. Autoridades com vasta responsabilidade neste país já acusaram o PCP de haver feito detenções e, que nos conste, até ao presente, ainda nada lhe aconteceu. Recusamo-nos a admitir que presos continuem indefinidamente nas cadeias sem interrogatório e sem o público saber os motivos concretos das suas detenções. E recusamo-nos a admitir tal por o julgarmos contra-revolucionário, precisamente porque é a instituição do domínio de uns poucos sobre o todo. E que, neste capítulo, muitas coisas há que modificar no processo político português para que ele seja revolucionário, inclusive no caso dos presos políticos. E dos outros também. O processo revolucionário para o ser na realidade, não pode deixar buracos em aberto e no caso específico dos chamados criminosos, o que ele pede e exige é a reconversão da pessoa no todo popular. Quanto às torturas, porém, condenamo-las vehementemente e ficamos à espera que o processo aos militantes do MRFP seja verdadeiramente esclarecedor, e se não confina, apenas, a comunicados, redigidos à pressa, para a imprensa publicar. Assim como entendemos que as autoridades, civis ou militares, deverão evitar ultrapassar no cumprimento da sua função legal, os limites da própria legalidade revolucionária, nas detenções ou nas buscas materiais.

FERNANDES, Ricardo Sá

# O papel do MFA na transição pacífica para o socialismo

Ricardo Sá Fernandes

AS LUTAS de emancipação política e económica a que hoje assistimos pelo Mundo inteiro, as suas características diversificadoras e originais, são prova concluyente de que a evolução histórica não se faz segundo os ditames de «saberes iluminadistas ou de «figuras» concretizadas nas épocas históricas. Dentro deste quadro uma das mais relevantes especificidades, do fenómeno português é o papel do MFA, constituindo a sua análise elemento importante na reflexão sobre a revolução portuguesa, o avanço para o socialismo, as contradições desse avanço e as possibilidades de as superar.

Alinharemos naiguns pontos algumas ideias do que consideramos fundamental para compreender essa acção e o seu reflexo nos domínios económico-social e político.

— Em primeiro lugar, cumpre justificar a necessidade e fundamento do apoio ao MFA. Por um lado, é preciso ter consciência (que não abunda pelos «grupos esquerdistas») de que as condições actuais não permitem que se avance num projecto revolucionário sem ganhar previamente para ele os detentores do poder militar, já que a estrutura bélica dos exercitos de hoje, o avanço tecnológico neste domínio e as facilidades de comunicação tornam inevitável aquele projecto contra as Forças Armadas.

Palavras de ordem como a de «desertar com armas», que ouvimos a seguir ao 25 de Abril, traduzem a total incompreensão dessa realidade de grupos desperspectivados que ainda não perceberam aquilo a que obriga a estratégia revolucionária contemporânea.

Por outro lado, não é um apoio gratuito, antes resulta da correcção com que os problemas fundamentais das classes trabalhadoras têm vindo a ser analisados pelo MFA. Independentemente de certas causas próximas, o golpe militar foi corolário de muitas lutas e corresponde a anseios justos; do 25 de Abril para cá, superando as suas próprias contradições, o MFA tem sabido ganhar o povo para a ideia de que é garante duma revolução. Assim, apoiá-lo é, sobretudo, perspectivar com correcção a correlação das forças políticas e a capacidade de avanço da luta antimonopolista e ganhar para tais tarefas o próprio MFA.

— O apoio ao MFA é também o apoio à sua unidade. Há quem o conteste por não ser o MFA um corpo homogéneo, argumentando uns que por detrás dessa pseudo-unidade se escondem interesses partidários, argumentando outros que o comprometimento de classe dos oficiais o impedirá de serem motores na luta contra o poder da burguesia.

Em relação ao primeiro tipo de argumento é primário que a coincidência em pontos concretos não representa actuação partidária, mas ajustamento de análises em medidas revolucionárias. É pena que quem se diga aspirar a ideias socialistas se tenha esquecido (ou pelo menos tenha muito pouco presente) que não preservando aquela unidade no poder militar, ainda que discordando desta ou daquela posição, é comprometer o avanço revolucionário e permitir brechas naquele poder e na movimentação popular de que só beneficiam os inimigos desse avanço (contribuição para o clima pré-11 de Março).

Ao segundo tipo de argumentos contrapõe-se fazendo a análise dos conflitos sociais e pela consciência de que o seu ponto de ruptura não é Burguesia/Proletariado, mas sim Unidade Popular/Poder Monopolista e Latifundiário. É essa unidade de camadas de população antimonopolista, e não o ataque directo à burguesia, que constitui a mesma alternativa histórica de luta contra a exploração capitalista.

Poder-se-á ainda dizer que o controlo exclusivo do MFA por oficiais impede esse avanço de forma consequente. Mas isso seria esquecer, por um lado, a contribuição da pressão popular, dos partidos socialistas e das próprias contradições objectivas da economia e, por outro lado,

que essa preponderância de oficiais do quadro (ainda por muito tempo inevitável perante a estrutura fortemente hierarquizada das organizações militares) irá sendo esbatida com a integração de soldados e sargentos em órgãos de deliberação do MFA, de que já vem alguns, ainda que escassos, indícios. Em suma, é exactamente por não ser um corpo homogéneo que é imperioso preservar a sua unidade, garantindo a superação das suas contradições e a evolução pacífica do processo.

— Começando por constituir uma frente militar de derrube da ditadura fascista (ou melhor, dos seus órgãos de vigilância: órgãos do Governo, A. N. P., L. P., P. I. D. E., outras organizações para-fascistas) e de reforço no avanço da democratização e da descolonização, são as próprias contradições da evolução histórica (Crise Palma Carlos, 28 de Setembro, 11 de Março) que vão fazer ganhar o MFA para a consciência de que a democracia passa pela definição de uma via socialista. O 11 de Março, a força revolucionária que arrasta consigo, vem permitir que o MFA se venha a definir, em termos claros, pela ideia de transição do modo de produção capitalista para o modo de produção socialista com a correspondente opção ideológica.

— O socialismo traduz-se na



apropriação colectiva dos meios de produção e distribuição, como forma de conscienciar e empenhamento de todos os trabalhadores na batalha do crescimento económico e garantia duma equitativa distribuição das riquezas, quer dizer, consubstancia uma sociedade mais avançada e mais justa onde a liberdade se irá aproximando do seu total significado.

A este avanço opõem-se conscientemente os que têm a perder nas suas condições materiais altamente privilegiadas e inconscientemente os que, através da exploração dum variado tipo de identidades, são ganhos para a ideia de que ainda serão mais oprimidos. Estes são os conflitos sociais que naturalmente também existem entre nós, mas que são historicamente justificáveis e ultrapassáveis.

O 25 de Abril deu a possibilidade aos portugueses de se agruparem politicamente e aos trabalhadores o direito de se organizarem. É esta capacidade de organização que faz opor (ainda que por vezes de forma pouco lúcida) os que estão interessados na democratização a todos os níveis e os que podem perder com ela. É esta movimentação, inevitável numa estrutura económica débil como a nossa, que obriga estes últimos à subversão política e à sabotagem económica. O 11 de Março culminou uma série de tentativas nesse sentido, esculacrou os trabalhadores acerca da sua luta, legitimou a opção socialista e os primeiros passos da sua concretização.

Estes primeiros passos foram as nacionalizações da banca e dos seguros, de algumas indústrias básicas e o início da reforma agrícola. Quer dizer, um poder político, pressionado pela ne-

cessidades duma transição, efectuou a apropriação formal dos meios de produção, facilitando, mas apenas facilitando, a apropriação real, a apropriação colectiva. As nacionalizações permitiram uma direcção social das forças produtivas mas ainda não um domínio social sobre essas forças. Para que exista socialização, mesmo só a nível de Estado, há que ter a capacidade de dispor efectivamente dos bens de produção, o que resulta, por um lado, do próprio desenvolvimento económico (a batalha da produção) e, por outro, da transformação das relações de produção, ou seja, adaptação das mentalidades a novas formas de trabalho e cooperação.

Não é, no entanto, qualquer forma de desenvolvimento económico que garantirá a socialização, só quando a direcção aplicada às forças produtivas for em grau e nível suficiente para permitir a passagem duma sociedade de desperdício (capitalismo) para uma sociedade organizada pelo interesse colectivo (socialismo), é que se estará assegurando o caminhar para esse socialismo.

A definição duma política de austeridade, como forma de equilibrar a balança de pagamentos e o combate à inflação, e a canalização dos investimentos, para sectores da produção de interesse colectivo, constituirão as linhas mestras da política económica de transição. E será talvez na concretização desta política, pelas repercussões nas ligações internacionais, que se poderão agudizar as contradições entre a linha de integração europeia (PPD/PS) e a de concretização da independência nacional como tem sido definida pelo Conselho da Revolução: garantir a independência nacio-

nal no arranque para um socialismo verdadeiramente português, evitando situações extremas de crise económica, que nos coloquem em reforçadas e delicadas dependências externas" (in Comunicado do C. R. de 12 de Abril).

Por outro lado, identificar a dinâmica das classes trabalhadoras com um projecto de construção do socialismo" (in mesmo Comunicado), ou seja, a organização dos trabalhadores em Sindicatos fortes e coesos, dos pequenos e médios proprietários em cooperativas de produção e distribuição de bens e da população em geral nas organizações de mobilização popular e a perspectiva revolucionária de todos estes órgãos de decisão popular, que evide acções oportunas isoladas desta estratégia global, estará na essência da modificação das relações sociais de produção.

Nestes termos se assegurará a correspondência entre a apropriação formal e real dos meios de produção, a transição para o socialismo.

— Vive-se em Portugal a possibilidade duma transição para o socialismo por via pacífica. É nela que reside a chave da compreensão do papel do MFA, elemento aglutinador e árbitro das várias tendências que pretendem essa transição.

Eleições para além de condução do poder político a meio de tal período de transição são extremamente perigosas e podem ser entravadoras do processo revolucionário, já que não é difícil o reconhecimento de que delas se reflectirá em grande parte a ideologia dominante durante anos de dominação económica. Foi, por isso, que MFA e partidos assinaram um Pacto de Acordo Constitucional que, garan-

tindo eleições para a realização da Assembleia Constituinte permitindo o livre confronto de várias tendências socialistas, serve ao MFA a condução do poder político nos sectores sociais, como única forma de garantir a permitir o avanço político e progressivo da apropriação colectiva dos meios de produção.

Países do Terceiro Mundo vindo a triunfar nas suas lutas de libertação através de movimentos unitários empenhados numa estratégia anti-imperialista (não dogmática, com primado no seu seio, segundo o alinhamento) e com sua vontade interna têm sabido assegurar a sua independência nacional. Em Portugal, o seu estado de desenvolvimento económico consentiu a individualização dos partidos, que traduzem interesses de classe e permitem o controle e a confluência de tendências, mas se pretende de facto socialismo, não se pode prescindir duma estrutura suprapartidária (MFA, no caso português) que conduza no mesmo as lutas económicas e sociais, o poder político, espelhando a convergência de posições e conseguindo decidido na estratégia as profundas reformas económicas.

É no saber acionar este MFA aglutinador e árbitro, na capacidade de evitar conflitos interpartidários estereis, na unidade do povo com o projecto revolucionário para que o MFA seja, que residirá o sucesso da transição pacífica para o socialismo. O que não deixa de ser difícil...

Ricardo Sá Fernandes (Candidato pelo MDP/CD, Circulo de Coimbra, às últimas eleições)

BRASENAD, Francisco Pinho  
 AZEVEDO, António de

## Pinheiro de Azevedo ao EXPRESSO:

# “Portugal só pode contribuir para a segurança europeia mantendo-se fiel à NATO”

O ENTREVISTADO esteve quase 15 dias em países europeus. Interviu em três reuniões promovidas pela NATO deu um salto a Londres, apareceu nos jornais estrangeiros e portugueses, definindo ou esclarecendo a posição portuguesa em relação à aliança atlântica.

O entrevistador participou numa reunião de três dias de parlamentares de diversos partidos dos 15 países da NATO e, no decurso dela, o «caso português» foi amplamente focado.

Entrevistado e entrevistador regressaram de Bruxelas no mesmo avião, no sábado passado. Da conversa informal passou-se, naturalmente, à entrevista (também informal). Antes de começar a responder ao EXPRESSO o almirante Pinheiro de Azevedo, fez questão de dizer que «fala pouco e concisamente», mas que entende que «na posição que ocupa e perante a importância do que sucedeu em Bruxelas, não podia furtar-se ao pedido de entrevista do EXPRESSO». «O EXPRESSO — acrescentou — tem importância para mim e para nós».

Eis a entrevista:



O almirante Pinheiro de Azevedo, representante de Portugal na reunião dos ministros de Defesa da Aliança Atlântica cumprimenta em Bruxelas o secretário-geral da Organização, Joseph Luns (Telefoto LUPI-Telepress)

## "A NATO não tem finalidades agressivas"

**EXPRESSO** — Estere duas semanas fora de Portugal, para basicamente participar em reuniões ligadas à NATO. Que reuniões foram essas?

**PINHEIRO DE AZEVEDO** — A primeira, que se realizou no dia 13 de Maio, foi a dos comandos militares. Trata-se de uma reunião bi-anual, técnica, dos altos comandos da NATO, ao nível de Chefes do Estado Maior General, que visa preparar a reunião posterior dos ministros da Defesa. Estiveram presentes, nesta e nas outras reuniões, 13 países, visto que a França e a Grécia não se fizeram representar.

**EXPRESSO** — Quais foram os principais assuntos abordados?

**P. DE A.** — O tema fundamental foi o dos efeitos da quebra do equilíbrio de forças entre o Pacto de Varsóvia e a NATO.

## O risco de um confronto

**EXPRESSO** — A segunda reunião quando foi?

**P. DE A.** — Realizou-se nos dias 14, 15 e 16 de Maio. Tratou-se do SHAPEX, um exercício NATO de secretária, de papéis, mas muito importante, no qual tomaram parte todos os Chefes de Estado Maior — o general Fabião esteve lá — e técnicos civis convidados.

**EXPRESSO** — Qual o tema deste exercício?

**P. DE A.** — Análise do parecer do SACEUR — o comando supremo europeu — sobre a situação actual das forças da aliança nos três comandos que lhe estão subordinados (Norte: Noruega; Centro: Alemanha Federal; Sul: Itália). O objectivo era melhorar a distribuição e a aplicação dos meios atribuídos à NATO.

**EXPRESSO** — A que conclusões chegaram?

**P. DE A.** — A NATO não tem meios suficientes para fazer face às ameaças.

**EXPRESSO** — Mas há ameaças reais?

**P. DE A.** — Potencialmente,

**EXPRESSO** — Quebra de equilíbrio em que sentido?

**P. DE A.** — No sentido favorável ao Pacto de Varsóvia. O Pacto de Varsóvia é, neste momento, mais forte do que a NATO, apesar de muitos políticos não acreditarem nisso. O Comité Militar procurou indicar medidas para que o equilíbrio anteriormente existente seja retomado.

**EXPRESSO** — Essas medidas têm como objectivo repor apenas o equilíbrio ou criar uma superioridade para a NATO?

**P. DE A.** — Apenas repor o equilíbrio. A NATO não tem finalidades agressivas.

**EXPRESSO** — E que medidas foram preconizadas?

**P. DE A.** — Por um lado, a melhoria substancial no tempo que precede o chamado «war warning» — ou seja de toda a notícia que, pela sua importância, leva o serviço de informações a anunciar que vai haver uma emergência — de modo a que, durante este período, as forças militares e políticas possam

sim; politicamente, não. Não acredito, nem eles, que a União Soviética ataque. Mas é uma potencialidade sempre presente, e, um dia, por qualquer motivo, inesperado, derivado, por exemplo de um choque entre a personalidade de dirigentes, o risco pode concretizar-se.

**EXPRESSO** — Deu, estranho, um salto a Londres. Pode-se saber porque?

**P. DE A.** — A seguir ao SHAPEX, fui efectivamente a Londres. Fui especialmente para conversar com o embaixador de Portugal, dr. Albano Nogueira, aliás, ex-embaixador na NATO, e para, através dele, tentar saber a posição do Foreign Office inglês acerca da declaração americana sobre a Espanha e a NATO.

**EXPRESSO** — Preparação, portanto, para a terceira e última reunião em que participe, em Bruxelas, a 22 e 23 de Maio, dos ministros da Defesa.

**P. DE A.** — Exactamente. Convinha-me conhecer a posição do Foreign Office antes da reunião dos ministros da Defesa. E conheci-a.

**EXPRESSO** — O sr. almi-

actuar com eficiência, antes que surja o conflito em si.

Por outro lado, pretende-se tomar providências quanto a uniformização e racionalização, em matéria de pessoal e de equipamento. Salientam-se aqui os problemas do sistema de detecção por radar a baixa altitude e o do avião de combate. No caso do aviso radar, há um fosso grave: os russos detectam os mísseis capazes de rastrear em todo o terreno, os americanos também, a NATO ainda não.

**EXPRESSO** — E quanto à substituição do avião F-104?

**P. DE A.** — As probabilidades são cada vez mais a favor do F-104-G, americano.

**EXPRESSO** — Os concorrentes europeus estão, portanto, batidos?

**P. DE A.** — Praticamente. Só o Mirage, francês, ainda está em competição e tem menos probabilidades. A médio prazo, no entanto, desenham-se tendências, por inciativas dos países nórdicos, de os europeus fabricarem o seu próprio protótipo de avião de combate.

rente, no entanto, não é ministro da Defesa e, no Governo Provisório, há um ministro da Defesa.

**P. DE A.** — Estive presente como delegado do Conselho da Revolução para os assuntos de defesa. O nosso ministro da Defesa é sobretudo um elo de ligação, para efeitos administrativos, entre o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e o Governo Provisório.

**EXPRESSO** — Não causou confusão o facto de ter estado nas duas reuniões, de os Chefes do Estado Maior General e dos ministros da Defesa?

**P. DE A.** — Causou, mas acabaram por compreender a dualidade de funções. Não é vantajosa, no entanto, esta acumulação: os ministros da Defesa são políticos, normalmente homens das primeiras filas das cúpulas dos partidos políticos. Um deles, o belga, até tinha sido jornalista...

É de presumir, portanto que, em futuras reuniões, se enviem duas pessoas: um dos Chefes de Estado Maior à reunião dos Chefes de Estado Maior General, um representante do Conselho da Revolução à reunião dos ministros da Defesa.

### Portugal segundo pais em despesas militares

**EXPRESSO** — Como decorreu esta reunião dos ministros da Defesa?

P. DE A. — O problema do escândalo terá sido o que se relaciona com a Espanha. Mas a questão de fundo foi a da atribuição de meios financeiros mais elevados às forças militares. Trata-se, claro, de uma opção política.

**EXPRESSO** — Nota-se, com efeito, uma tendência de diversos Governos de países da NATO para reduzir as despesas militares. Isso preocupa os ministros da Defesa?

P. DE A. — Preocupa. A NATO quer acompanhar o Pacto de Varsóvia que tem aumentado anualmente em 3 por cento as despesas militares.

**EXPRESSO** — Qual é a posição de Portugal nesse capítulo?

P. DE A. — Somos o segundo país em despesas militares. Em 1974, as nossas despesas militares atingiram 6,4 por cento do produto nacional bruto; mais do que nós, só os Estados Unidos, com 7,5 por cento.

**EXPRESSO** — A tendência, evidentemente, é para reduzir?

P. DE A. — Claro. Esta percentagem tão elevada deriva da guerra colonial. Tudo o que exceda os 3 por cento é absurdo. Mas só daqui a 2 anos lá chegaremos, por causa dos compromissos assumidos com a descolonização e da necessidade de gradual a desmobilização do serviço militar obrigatório.

**EXPRESSO** — Voltando à reunião de Bruxelas, quais foram as conclusões gerais sobre o problema do financiamento das forças militares?

P. DE A. — Tem havido uma tendência para distinguir entre as forças exclusivamente nacionais e as forças nacionais afectadas à NATO e para atribuir prioridade às primeiras. Agora, acordou-se, em face ao atraso perante o Pacto de Varsóvia e tendo em conta a conjuntura económica, em apoiar de forma menos egoísta as forças nacionais afectadas à NATO.

Além disso, foi reconhecido de forma clara em Bruxelas que as Nações mais pequenas não podem, sair de si próprias, sem o auxílio das Nações mais ricas. Portugal, a Holanda ou a Bél-

gica não podem, por exemplo, comprar o F-104-G sem o auxílio dos Estados Unidos ou da República Federal da Alemanha.

Os países mais ricos estão interessados nesta forma de colaboração, que poderá ser prestada por meio de ofertas de material ou de aviões para a sua aquisição. E estão interessados porque vêem o perigo de perderem, por dificuldades económicas, o apoio do flanco sul da NATO — Portugal, Turquia, Grécia, a própria Itália.



### “Os Estados Unidos não dominam politicamente a NATO”

**EXPRESSO** — Em que ambiente decorreram as reuniões?

P. DE A. — Quero salientar que me impressionou o processo democrático utilizado. É apaixonante assistir ao desenrolar do debate visando a tomada de uma deliberação, ver como pessoas que têm a democracia no sangue passam horas e horas a negociar, para que possamos chegar a uma conclusão geral e acinte. Nunca houve posições de partida intransponíveis.

E não há, por outro lado, um país que domine a NATO nos aspectos políticos essenciais. Os Estados Unidos não dominam a NATO politicamente, o que é muito construtivo. Tem tanto valor a opinião do holandês, do belga ou do português, como a do americano.

**EXPRESSO** — Como é Schlesinger, o secretário da Defesa americano?

P. DE A. — É um político com extraordinária capacidade de decisão que se submete totalmente às regras democráticas. Está, evidentemente, muito bem preparado pelos seus conselheiros, revelando grande conheci-

mento de todos os assuntos.

**EXPRESSO** — Foi Schlesinger quem levantou o problema da Espanha?

P. DE A. — Foi. Pôs a questão em termos de a aliança reconhecer o mérito da contribuição da Espanha na concessão de facilidades militares aos Estados Unidos. A NATO deveria, portanto, reconhecer as vantagens indirectas resultantes das facilidades recebidas pelas forças americanas, em matéria de bases e de condições para a realização de exercícios.

**EXPRESSO** — E o que aconteceu para que a tese dos Estados Unidos não prevalecesse?

P. DE A. — Houve oposição da maioria das delegações presentes, especialmente das nórdicas.

**EXPRESSO** — Qual foi a posição de Portugal sobre esse assunto?

P. DE A. — As declarações foram feitas por ordem alfabética dos países participantes e, como, quando chegou a nossa vez, a decisão de oposição à proposta americana já estava tomada, concordámos com a maioria. Portugal é o penúltimo a pronunciar-se, o que às vezes é cómodo...

**EXPRESSO** — O secretário-geral da NATO, Joseph Luns, afirmou, há tempos que Portugal provavelmente sairia da NATO e que seria conveniente que a Espanha o substituisse...

P. DE A. — ...Os países da NATO não concordam que esse assunto faça sequer parte da agenda. Seria extremamente impolítico.

**EXPRESSO** — E uma entrada da Espanha na NATO, sem saída de Portugal?

P. DE A. — Está formado um consenso de que isso só poderá suceder depois de uma profunda alteração do regime político espanhol e de existirem garantias de que ele evoluirá no sentido democrático.

**EXPRESSO** — Mas Portugal era ditadura e estava na NATO.

P. DE A. — Os nórdicos arranjaram uma explicação para isso: quando entrou na NATO, Portugal, apesar da sua ditadura, não ofendia directamente esses países e a sua opinião pública. Com a Espanha é diferente. Estou convencido de que não entra.

### "A opção política está feita"

EXPRESSO — E quanto à permanência de Portugal na NATO?

P. DE A. — Fui claro ao afirmar que só voluntariamente abandonaremos a NATO. O problema que a NATO discute é o que vai resultar da revolução: um Governo comunista ou não?

EXPRESSO — Pode acontecer, no entanto, que Portugal deseje, por enquanto, ficar na NATO e que não queiram que nós fique-

mos lá, por exemplo, se a situação continua a haver, o problema da nossa presença no Grupo de Placamento Nuclear.

P. DE A. — Esse problema está por resolver. Está e estará. Discriminação idêntica foi, aliás, praticada em relação à Islândia, quando este teve comunistas no Governo.

A Aliança Atlântica é clara-

mente anticomunista. Nós não temos que lhes dar explicações sobre as razões porque temos comunistas no Governo, mas temos de compreender as suas reservas em relação ao planeamento nuclear.

EXPRESSO — Por essas e por outras razões — os casos da França e da Grécia, por exemplo — tem-se falado da introdução na Aliança Atlântica do conceito de graduação do estatuto de país membro.

P. DE A. — A ideia é correcta. Mas a Portugal só interessa o estatuto de membro de pleno direito.

EXPRESSO — Porquê?

P. DE A. — Não temos investigação em termos militares e precisamos dela. A única forma de o obtermos é recorrer ao esforço alheio, neste caso a uma aliança militar que supra as nossas lacunas.

EXPRESSO — Mas, como é óbvio, o problema não se põe em meros termos de investigação

militar. Envolve uma opção política e muito definida.

P. DE A. — A opção política está feita. Resulta do condicionamento geopolítico em que vivemos.

EXPRESSO — E se, amanhã, por via eleitoral, o povo português escolher o comunismo?

P. DE A. — Portugal deixaria de ter a plenitude dos seus direitos como membro, mas não seria expulso. A NATO faria, por via democrática, tudo para alterar essa escolha, jogando, se necessário, junto dos próprios países do Leste.

EXPRESSO — Portugal é, portanto, mensagem importante para a NATO?

P. DE A. — É. Por isso disse que só voluntariamente saímos.

EXPRESSO — Quais os motivos dessa importância?

P. DE A. — O COMIBERLANT, situado junto de Lisboa, é responsável pela segurança da navegação aliada que cruza desde aproximadamente as Ca-

nárias até ao paralelo do Cabo Finisterra. Note que, em tempo de guerra, 80 por cento do petróleo destinado à Europa passava por esta zona confiada ao COMIBERLANT. Além disso, ao COMIBERLANT compete a vigilância sobre os submarinos atómicos russos na mesma zona.

Papel muito semelhante e igualmente decisivo para a Aliança Atlântica é a posição geoestratégica dos Açores.

EXPRESSO — A base americana das Lajes é utilizada em consequência de um acordo bilateral Portugal-Estados Unidos, mas não pode deixar de ser recordada.

P. DE A. — Sobre as Lajes apenas lhe posso dizer que prosseguem as negociações.

EXPRESSO — E que há quanto ao recurso às Lajes, na hipótese de novo conflito aberto no Médio Oriente?

P. DE A. — Portugal entende que lhe compete a decisão acerca da utilização da base contra países amigos.

### Alterar a imagem de Portugal na NATO

EXPRESSO — Regressando à Aliança Atlântica, pode dizer-se que, ultimamente tem havido uma concentração de atenções pelo Conselho da Revolução em relação à NATO. Sem falar das declarações muito nitidas do major Melo Antunes, registem-se as suas três reuniões, a presença do general Fábulo a uma delas, a deslocação do primeiro ministro à cimeira, desta semana, a presença do almirante Rosa Coutinho à mesma reunião. Ao mesmo tempo, verifica-se a presença em águas portuguesas ou perto de uma esquadra da NATO que só dará por concluídas as suas manobras na próxima segunda-feira, 2 de Junho, dia em que está prevista a abertura da Assembleia Constituinte.

Tudo isto será mera coincidência?

P. DE A. — Quanto às manobras e à esquadra da NATO, posso garantir-lhe que é pura coincidência.

Já no que respeita às recentes deslocações ou declarações de elementos do Conselho da Revolução acerca da NATO não

se poderá falar de coincidência. O Conselho da Revolução tomou a iniciativa de mudar a imagem de Portugal nos países da NATO e em todos os países ocidentais.

EXPRESSO — Porquê?

P. DE A. — O Conselho da Revolução compreendeu que o objectivo dos dois grandes blocos é a segurança europeia. Portugal só pode contribuir para a segurança europeia, mantendo-se fiel à NATO. A partir do momento em que o Conselho da Revolução chegou a esta conclusão, era necessário alterar a nossa imagem na NATO, porque é nisso que estão interessadas as duas super-potências.

EXPRESSO — Que receptividade encontrou em relação a Portugal?

P. DE A. — Os responsáveis da maioria dos países ocidentais nunca puseram em dúvida as vantagens da revolução em curso em Portugal. O facto de por vezes a opinião pública desses países criticar o caminho seguido não significa uma condenação, mas o resultado de uma informação mais ou menos incompleta ou incorrecta. Os governos, democraticamente, não intervêm na formação da opinião pública.

EXPRESSO — Seja como for, há um meio generalizado do comunismo.

P. DE A. — Julgo que receiam mais uma viragem introduzida nas Forças Armadas pelos esquerdistas, pela esquerda radical, do que a conquista do poder, por meios democráticos partidários civis, pelo PC. Realisticamente, vêem que os comunistas são capazes de tomar conta de muitas posições-chave, mas entendem que as Forças Armadas são o factor decisivo. Dai concluírem que da revolução portuguesa podem sair coisas boas e coisas más.

EXPRESSO — Que coisas boas e que coisas más?

P. DE A. — Como coisas boas, o socialismo pluralista. Como coisas más, o fascismo ou o socialismo por meio da ditadura.

EXPRESSO — Qual a sua opção pessoal?

P. DE A. — O socialismo pluralista, mas não baseado numa democracia burguesa. As classes trabalhadoras não são mobilizadas pela democracia burguesa.

É esse objectivo — o socialismo pluralista não baseado numa democracia burguesa — que deve residir a originalidade da revolução portuguesa.

## Documento

# Organizar os socialistas revolucionários ultrapassar o reformismo construir o socialismo

NO MOMENTO em que a dinâmica revolucionária em Portugal se enriquece, dia a dia, com novas perspectivas, quando as estruturas partidárias tradicionais tendem a ser ultrapassadas por novas formas de organização das massas populares em ligação directa com um MFA transformado em movimento de libertação nacional, o debate político em torno de questões candentes como estas (e outras, de importância paralela) revela-se extraordinariamente oportuno. Sobretudo quando nesse debate intervêm propostas e alternativas concretas no campo da transição para o socialismo e da construção da sociedade sem classes. É nesse sentido, efectivamente, que aponta o documento que apresentamos hoje: uma análise política elaborada por um grupo de socialistas, presentemente sem filiação partidária, e oriundos de diversos quadrantes. Uns dissidentes do Partido Socialista, outros antigos militantes do Partido Comunista, outros ainda sem experiência partidária anterior.

1. A Sociedade portuguesa actual é uma sociedade capitalista em que, no entanto, a base económica, articulada no quadro geral do sistema capitalista europeu e mundial, ocupa um lugar subalterno e dependente, que lhe é atribuído pela posição em que se situa na divisão internacional do trabalho.

Deste modo, a dominação de classe em Portugal, ao contrário do que se passa nas formações de capitalismo central, não assume uma aparência democrática, tendo-se distinguido por uma feroz e terrorista exploração da classe operária e dos seus aliados.

2. A burguesia capitalista no

seu conjunto foi, durante 50 anos, o sustentáculo do regime fascista que lhe garantia a sobreexploração das classes trabalhadoras, pela repressão sistemática e organizada das suas lutas. A guerra colonial, impedindo a formação de capital e bloqueando a generalização das relações de produção capitalistas no campo, forçou ao recurso crescente ao investimento externo, no quadro de um desenvolvimento desigual das forças produtivas, o que determinou a acentuação da dependência e da subordinação do capitalismo português no quadro do imperialismo.

## Do 25 de Abril ao 11 de Março

3. No quadro da crise do sistema capitalista mundial, o agravamento das guerras coloniais, os sensíveis avanços do movimento de massas anticapitalista e as características periféricas do modo de crescimento adoptado encontram-se na raiz da queda do regime fascista. O poder político emergente em 25 de Abril radica num projecto de alianças de classe, conducente a uma democracia burguesa, numa perspectiva de reconversão capitalista, que passara pela exclusão do bloco social dominante dos sectores que constituíam um travão ao desenvolvimento do capitalismo. Porém, o agravamento da crise da base económica do sistema capitalista (desemprego, inflação, défice de balança de pagamentos) conduziu a progressiva desagregação do bloco social no poder, agudizando as contradições de classe.

fazendo abortar à nascença o projecto democrático - burguês utópico e impossível. A nível da superestrutura política, a intensificação da luta de classes resultou da articulação entre uma capacidade organizativa reivindicativa e progressivamente revolucionária crescente das massas e a hegemonização da ala progressista do M.F.A.

4. Os acontecimentos de 11 de Março demonstram, na prática, a impossibilidade de enquadramento das classes trabalhadoras pela classe dominante, no quadro de uma democracia burguesa, assim como a virtualidade da aliança entre uma vanguarda revolucionária existente no M.F.A. e o movimento de massas anticapitalista (articulado a nível de aparelho de Estado pelos partidos representativos dos interesses da classe operária e dos seus aliados, e controlada por ela).

Nesse processo se enquadra a via para a plena criação de condições de tomada do poder e da transição ao socialismo.

## Depois das Eleições

As eleições para a Assembleia Constituinte, determinando uma relativa hegemonização da social-democracia, que após um recuo táctico, derivado de possíveis ligações com o golpe reaccionário de 11 de Março (recuo esse que se traduziu na criação do Conselho Superior da Revolução, na subsequente remodelação ministerial, na nacionalização da banca privada, dos seguros, dos sectores-chave da economia, assim como no apro-

fundamento da reforma agrária) recupera uma legitimidade e uma margem de manobra, antes in-existent, accentua a necessidade de desarticular os quadros formais da democracia burguesa, no sentido de uma reconversão das instituições e dos órgãos de poder, a novos contextos fundamentais serão:

a) Ao nível da instância política, a construção de um verdadeiro poder revolucionário, que passará pela exclusão dos representantes da ala avançada do capital monopolista — os par-

tidos sociais-democratas (P.S.-P.P.D.) — assim como pela subalternização das forças estalinistas, com um projecto político de capitalismo de estado.

b) Ao nível imediato dos conflitos de classe, impõe-se a multiplicação, generalização e centralização das forças de poder popular, centradas numa reivindicação fundamental: o controlo operário sobre a produção e o controlo popular sobre as necessidades essenciais (habitação, saúde, educação).

c) Ao nível das forças arma-

passará pela modificação destas de corpo especializado de repressão, adaptado aos mecanismos da dominação de classe, em vanguarda armada, articulada com o amplo avanço do movimento de massas, e orientada no sentido da emancipação dos explorados e oprimidos. A realização deste objectivo não dispensará a transformação da hierarquia militar, no quadro da multiplicação dos órgãos do poder popular que decidirão os problemas essenciais e o reforço da consciência política de classe no interior das prérias F. A.

## Reconversão das instituições

A reconversão das instituições é um factor decisivo na construção do socialismo, sem o qual o processo revolucionário será recuperado pela burguesia que terá instrumentalizado o desenvolvimento da luta de classes desde o 25 de Abril, como forma de resolver a contradição entre forças produtivas e relações de

produção e as dificuldades do capital nacional, inerentes a uma subordinação desvantajosa da formação económico-social ao imperialismo, quer através de uma acção lenta tendente a conservar as relações sociais de produção do capitalismo (contradição dirigentes / executantes, contradição cidade / campo, alienação mercantil, etc.), quer no quadro de um golpe reaccionário, possibilitado pela margem de manobra que o capital nacio-

nal e o imperialismo dispõem, pelo facto do proletariado não ser ainda a classe dominante. Assim, a reconversão das instituições não será uma concessão dos actuais detentores do poder, mas o resultado da movimentação dos explorados e oprimidos, que, progressivamente, se auto-organizam e estruturam uma verdadeira consciência de classe, criando os seus órgãos de poder — comités de empresa, comissões de moradores, conselhos revolucionários. A pas-

sagem de uma situação de democracia burguesa controlada a um quadro institucional de democracia proletária é, no momento actual, a contradição principal e o problema fundamental no avanço do processo revolucionário, e não a «mitológica» batalha da produção que escamoteia a natureza capitalista das relações de produção e o carácter de classe do «poder de estado» desviando o proletariado dos objectivos políticos globais da sua luta.

## Três tipos de evolução

5. Deste modo, a conjuntura é susceptível de três tipos de evolução:

a) O estabelecimento de um poder contra-revolucionário estreitamente articulado, quer com um bloco económico externo e as suas consequências internas, quer pela intervenção directa do imperialismo no decurso do de-

envolvimento de um dos aspectos da luta anticapitalista — a luta pela libertação nacional — quer ainda pela incapacidade concreta do poder de Estado de apresentar alternativas ajustadas aos mecanismos da dominação capitalista (económicos, políticos, ideológicos), do que resultaria uma determinação da conjuntura, determinando a aliança entre a pequena e média burguesia e o grande capital num bloco social com um projecto político autónomo, de restabelecimento do capitalismo.

b) Um regime burocrático de fachada socialista, com uma integração em blocos, que não asseguram a independência nacional e tendem a reproduzir, dentro de uma concepção «humanitária» das trocas e da interdependência económica, a troca desigual e o desenvolvimento desigual do capitalismo e não a reestruturação radical do aparelho produtivo em função dos interesses da classe operária.

Não assegurando uma participação organizada e criativa das

massas no processo de produção social e na construção de um sistema democrático de poderes, a burguesia de Estado, limita-se a uma gestão tecnocrática de um capitalismo que intenciona as suas contradições, integrando a socialização das forças produtivas, no quadro de Rel. Produç. Capitalistas — a propriedade colectiva de classe.

c) Um regime político, que, assente na praxis criativa e na tomada do poder pelas massas, assegure a transição para o socialismo e para o comunismo.



## Transição para o socialismo

6. Neste contexto, a tomada do poder pela classe operária e os seus aliados não poderá revestir a forma de um golpe blanquista por uma minoria actuante, mas será um processo necessariamente longo e uma acção de massa, entrecortados por rupturas e saltos qualitativos, em que, no quadro do aumento de capacidade organizativa e da iniciativa revolucionária dos explorados e oprimidos, de uma articulação cada vez mais perfeita entre o movimento de massas anticapitalistas e o M.F.A. e de uma reconversão da estrutura interna do próprio M.F.A. no sentido de uma democratização real e de uma politização do conjunto das F. A., para a formação de um exército popular, se irão tomando medidas de ruptura com a dominação capitalista a todos os níveis (económico, político, ideológico) o que a situa num terreno diferente

das concepções democrático-burguesas e elitistas. Deste modo, a transição para a sociedade socialista passará:

a) Pela continuação do processo de socialização dos sectores-chave da economia. Contudo, a nacionalização dos sectores e das unidades de produção em que se verifique uma acentuada socialização das forças produtivas é uma medida insuficiente, ainda que necessária, ao contexto da transição do capitalismo para o socialismo.

A transformação das relações de produção no plano local, o que, na maioria dos casos apenas será possível pela criação de cooperativas, assim como, nas empresas nacionalizadas, a prática do controlo operário, no contexto de um sistema de gestão proletária, que limite a divisão entre trabalho manual e intelectual, são factores indispensáveis da revolução proletária.

b) A passagem, logo que as condições institucionais e políticas estiverem preenchidas, para um sistema democrático, e descentralizado de planificação, no âmbito do qual os trabalhadores decidam as prioridades do crescimento económico, o que afasta à partida a hipótese de uma gestão tecnocrática.

c) Uma intensa mobilização de massas, organizada em órgãos autónomos de poder popular ao nível de empresa e do quadro de vida, que, contestando directamente a exploração salarial pela prática do controlo operário, assegure o avanço do processo revolucionário, assim como a sua não instrumentalização por forças com um projecto político de capitalismo burocrático de Estado.

d) Uma política de independência nacional, que passa, no plano económico, pela adopção de um modelo de desenvolvimento auto, sustentado e, no

plano político, por uma recusa da integração em blocos e por uma posição de não-alinhamento, militante, receptiva em relação às experiências progressistas do terceiro mundo e solidárias com a luta dos povos oprimidos pela libertação nacional, no quadro do internacionalismo proletário.

e) A profunda democratização das instituições políticas, acompanhada de uma descentralização de poderes, que valorizará o papel dos conselhos operários e dos poderes locais, como órgãos de decisão, e impedirá a formação de uma burocracia estatal.

## Partido de massa e de classe

7 — A tomada do poder e a execução de uma estratégia de transição para o socialismo e o comunismo implica a existência de uma partido com um projecto de sociedade adequado e que seja capaz, em função da teoria revolucionária de que é vector em todas as fases do processo de luta de classes, de sintetizar e unificar as lutas dos trabalhadores, superando o seu imediato e conferindo-lhes um significado político global. O Partido de massa e de classe deve ter como normas organizativas:

a) O facto de não ser espontaneísta, o que implica que deve em função da sua organização interna e do grau de elaboração da teoria revolucionária e, por conseguinte, da compreensão concreta da relação de forças do momento, unificar os diferentes terrenos de luta de classes, inscrevendo-os numa estratégia global de tomada do poder.

b) A sua não-identificação com a classe operária; o Partido enquanto vanguarda distingue-se da classe, que deve conservar uma relativa autonomia.

c) Por conseguinte, o Partido não esgota a organização política da classe, que deve ter uma expressão relativamente autónoma, derivada do movimento de massas — os conselhos operários — que articule a luta económica com a luta política anticapitalista. O reconhecimento da autonomia dos conselhos perante o Partido é condição sine qua non do afastamento da possibilidade de uma degeneração burocrática e autoritária do processo de transição.

## MFA/Movimento de Libertação

8 — A crise da dominação burguesa, a agudização da luta de classes, a vinculação progressista dos aparelhos ideológicos e do aparelho repressivo de Estado recortam uma relação de forças que é susceptível de enquadrar o processo de transição para o socialismo.

No entanto, aos avanços do movimento de massas não correspondeu ainda, em Portugal, a formação de uma organização que, com um projecto político alternativo à social-democracia e ao capitalismo burocrático de Estado, um grau elevado de elaboração da teoria revolucionária e uma ampla capacidade de mobilização, estivesse à altura de conduzir o movimento de massas numa perspectiva de desmantelamento do capitalismo.

As forças de esquerda não escapam ao falso dilema entre social-democracia e capitalismo de Estado, ou limitam-se a um basismo, espontaneísta incapaz de produzir uma prática revolucionária.

A existência das forças socialistas revolucionárias, que não se enquadram em esquemas ideológicos apriorísticos, não é susceptível de pôr em causa esta análise.

A deficiente capacidade de mobilização, assim como, em determinados casos, a ausência de uma teoria revolucionária relativamente elaborada, impedem qualquer dessas forças de serem uma direcção política consciente do movimento de massas. A verificação desta situação estrutural — ausência de uma vanguarda de classe unificada — não deve conduzir, contudo à falsa problemática que faz da construção voluntarista e esquemática do «verdadeiro» partido de classe, o objectivo principal da classe operária.

O ataque ao capital inscreve-se na dinâmica objectiva das contradições do sistema capitalista, que se reflectem a um nível organizativo no movimento de massas, nos órgãos autónomos de poder popular. A unificação da vanguarda de classe não será pois o resultado de uma acção artificial e arbitrária decidida, a qualquer momento, por um grupo restrito, localizado ou não, ao nível do poder.

Situando-se no momento em que a agudização da luta proletária de classe coloca a necessidade de uma direcção política unificada do movimento de massas, a formação do Partido de classe não se substitui ao desenvolvimento objectivo das contradições e dos conflitos de classe, derivando, pelo contrário, de um salto qualitativo ao nível da consciência e da organização da classe, preparado por uma longa série de lutas, em que se verifique a convergência objectiva das organizações socialistas, revolucionárias e anti-sectárias em presença.

A formação de um partido revolucionário de massas no quadro da unidade da esquerda revolucionária, é no momento actual, uma necessidade marcante, ainda que dependa do contexto mais geral das relações de forças entre classes sociais e organizações políticas. O avanço do processo revolucionário numa perspectiva de construção do socialismo, no quadro da efectivação do controlo operário e popular, conducente ao isolamento da social-democracia no conjunto das forças políticas é a tarefa prática imediata do movimento operário, em convergência com Forças Armadas que, progressivamente, terão de deixar de ser um instrumento especializado de repressão para se tornar na vanguarda armada da luta dos explorados e oprimidos, num verdadeiro movimento de libertação nacional.

(\*) Os sublinhos são da redacção do EXPRESSO.